



A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO - 2000 A 2009

Danusa Marques¹
Marlise Matos²
Laura França Martello³

Este artigo apresenta um mapeamento da produção acadêmica sobre o tema “mulheres nos espaços de poder e decisão” entre 2000 e 2009, analisando teses e dissertações que se relacionam a este tema, além de artigos publicados nas revistas *Cadernos Pagu* e *Revista Estudos Feministas*. A quase ausência das mulheres no campo da política é um grande desafio ao projeto democrático e um impasse para os estudos de gênero e feministas. No entanto, cabe igualmente ressaltar que este não parece ainda se constituir em ponto realmente crítico para as análises políticas brasileiras contemporâneas e nem mesmo um tema para os estudos desenvolvidos no âmbito da Ciência Política de uma forma geral.

Sabe-se da existência deletéria das profundas desigualdades de gênero que perpassam a sociedade brasileira. Este trabalho traz à tona um conjunto sistematizado de informações a respeito do estado da arte das produções – dissertações e teses defendidas – em pós-graduação ao longo de um período de nove anos (de 2000 a 2008), além de uma breve análise dos artigos acadêmicos publicados nos últimos dez anos (entre 2000 e 2009) sobre o tema “participação das mulheres nos espaços de poder” nos dois mais importantes periódicos da área de gênero no Brasil: a *Revista Estudos Feministas* e a *Cadernos Pagu*⁴. Claramente, para a produção científica em pós-graduação

¹ Doutoranda em Ciência Política (UFMG), Mestre em Ciência Política (UnB) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da UFMG.

² Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutora em Sociologia (IUPERJ), Mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ), Psicóloga (UFMG), Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG) da UFMG.

³ Graduada em Ciências Sociais (UFMG) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da UFMG.

⁴ Artigos publicados em outros periódicos, da área de ciências sociais, especificamente as revistas *Dados*, *Lua Nova* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, não terão seus artigos analisados neste trabalho. Ressalta-se, entretanto, que no conjunto de artigos publicados entre 1985 e 2005 nas três revistas, observaram-se apenas quatro textos que tratam especificamente sobre a participação das mulheres na política: na RBCS, *SOUZA-LOBO, Elisabeth. "O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990), Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 6, vol. 17, 1991* e *MIGUEL, Luis Felipe. "Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação", Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 15, vol. 44, 2000*; e na *Dados*, *BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. "Ideologia e Gênero na Política - estratégias de identificação em torno de uma experiência". Dados, v. 36, n. 3, 1993* e *ARAÚJO, Clara. "As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais", Dados, v. 44, n. 1, 2001*. Além disso, seria interessante, como informação complementar, analisar a evolução da temática de gênero e política dentro do encontro anual da ANPOCS – Associação Nacional de



este é um tema ainda periférico. Através desta análise constata-se que para aqueles campos disciplinares evidentemente vocacionados à análise de tais temáticas – a saber: mulher e política, gênero e política – como a sociologia e a ciência política brasileiras – estes não se constituíram ainda em um conjunto de produções de fôlego, sendo que é bastante recente o crescimento dos trabalhos nestas áreas.

É inegável que a participação das mulheres nas diferentes instâncias de poder no país vem crescendo paulatinamente, mas isso ocorre de forma ainda muito tímida. Ao longo de 73 anos (1936-2009)⁵ a representação feminina na Câmara dos Deputados passou de 1% para 9%. Com todas as intensas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no Brasil, ao longo deste mesmo período, é extremamente desproporcional a participação político-institucional das mulheres, contrastando, inclusive, com a sua significativa presença em outras áreas. Por que, então, a presença das mulheres nos poderes decisórios tem avançado tão lentamente? Qual é o impacto disto para o exercício de cidadania das mulheres brasileiras? A realidade de sub-representação tem gerado questionamentos e análises, traduzidas em pesquisas e em produções acadêmicas, a exemplo de teses, dissertações e artigos publicados? Se sim, a partir de quais principais campos disciplinares? Quem seriam os principais pesquisadores envolvidos nestes estudos? Quais seriam as principais instituições?

Teses e dissertações

Foram incluídos nesta análise os resultados da busca por Teses e Dissertações defendidas em diferentes áreas do conhecimento e registradas no Banco de Dados da CAPES⁶ para o período de 2000 a 2008. Como palavras-filtro para a busca nesta base de dados utilizamos: “Mulheres Poder”, “Feminismo Política” e “Gênero Política”⁷, selecionando-se então um total de 385 teses e dissertações.

Dados gerais sobre a titulação de discentes na pós-graduação brasileira⁸ mostram que, entre 2000 e 2008, 307.157 discentes titularam-se no Brasil, sendo 233.737 (76,1%) no nível de Mestrado e 73.420 (23,9%) no Doutorado. Foram 109.464 titulações de discentes de Mestrado e Doutorado se

Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, mas as dispersas informações não nos permitiram sistematizar esses dados.

⁵ O Brasil conquistou o sufrágio feminino em 1932, mas foi apenas em 1936 que a primeira mulher parlamentar foi eleita. Trata-se de Carlota Pereira de Queirós.

⁶ <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>

⁷ Realizaram-se buscas apenas com estes três critérios, na ordem citada, visto que demais combinações produziram seleções repetitivas.

⁸ <http://geocapes.capes.gov.br/>



selecionadas apenas as áreas de: administração, ciências contábeis e turismo; antropologia/arqueologia; ciência política e relações internacionais; ciências sociais aplicadas; direito; economia; educação; filosofia/teologia: subcomissão filosofia; filosofia/teologia: subcomissão teologia; geografia; história; letras/lingüística; psicologia; serviço social; e sociologia⁹. Destes 109.464 discentes, 79,8% titularam-se no Mestrado e 20,2% no Doutorado.

Mesmo se consideradas as titulações apenas nestas áreas específicas, as 385 Teses e Dissertações sobre a participação de mulheres nos espaços de poder (74,5% como Dissertações de Mestrado e 25,5% como Teses de Doutorado) correspondem a uma fração bastante pequena deste subconjunto: apenas 0,35%¹⁰. Entre o universo de titulações, as 385 produções selecionadas correspondem a 0,13%. Das 385 produções selecionadas para esta pesquisa, foram encontrados 9 autores (7 mulheres e 2 homens) com duas ocorrências, ou seja, com uma dissertação e uma tese defendidas no referido período. A distribuição encontrada destes resultados pelo sexo dos autores é de 9,1% de homens e 90,9% de mulheres. No nível de Doutorado tende a existir uma maior concentração da produção de Teses nas mãos das autoras (93,9%), ainda mais do que no Mestrado (89,9%). Esse fato não é nada surpreendente se considerarmos que este não se constitui em um tema que tenha uma produção extensa no país: a concentração na autoria feminina já era esperada, mas é importante sinalizar que a feminização dos estudos no mestrado tende a continuar também no grau de doutoramento.

Observando-se a evolução das Teses e Dissertações, vê-se um aumento significativo, especialmente a partir de 2007. Tais evidências sinalizam o crescimento destes tipos de produção acadêmica e poderiam indicar também uma tendência de crescimento que, inclusive, poderá se consolidar no próximo período a ser analisado, já que seria possível hipotetizar que, em uma parcela significativa e não desprezível, as pesquisas de Mestrado sobre um determinado conteúdo tendem a ser desdobradas em pesquisas, com conteúdo similar ou semelhante, pelo/a mesmo/a autor/a numa fase posterior de Doutoramento.

Em relação às orientações destes trabalhos, é possível verificar uma tendência endógena da participação acadêmica nestes estudos: assim como são as mulheres quem privilegiadamente estudam tais temas, são também as mulheres as principais orientadoras (65,9% de Dissertações de Mestrado e 68,4% de Teses de Doutorado). Cabe mencionar ainda que as orientações não estão

⁹ Áreas com maior potencial de afinidade com o tema “participação das mulheres nos espaços de poder”.

¹⁰ Devido à limitação de caracteres permitida para este artigo, os dados aqui apresentados ao longo do texto não puderam ser reproduzidos em tabelas e/ou gráficos. Sugere-se acessar o texto completo da pesquisa no site do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/caminhos-das-discussoes-academicas-sobre-o-tema-de-genero-mulheres-e-politica-em-que-momentos-estamos> .



totalmente concentradas em torno de poucos orientadores/as, já que do universo das 385 produções identificadas, 236 são orientadas por diferentes professores. Os dados permitem também identificar uma maior abertura de gênero neste sentido (não perceptível em relação à autoria dos trabalhos, que permanece extremamente concentrada na autoria feminina): entre os principais orientadores (com três a sete trabalhos orientados) há quatro homens¹¹, com três orientações cada.

Em relação à distribuição destas produções ao longo dos distintos campos disciplinares e diferentes IES¹² – identificou-se um total de 61 cursos que sediam as produções, distribuídas entre 67 principais Universidades – os dados confirmam determinadas carreiras/especializações ainda “fechadas” para os estudos destas temáticas. As habilitações em História (14,8%), Sociologia (11,7%) e Educação (9,9%), seguida da habilitação em Ciências Sociais (8,6%), em Psicologia (5,5%) e em Serviço Social (5,5%), áreas que historicamente concentram o público feminino na formação do ensino superior, são responsáveis por 56% das áreas disciplinares que acolheram tais produções. As habilitações em Ciência Política (com 3,1%) e em Direito (com 2,6%) são áreas disciplinares de baixo impacto nos esforços de produção em pós-graduação nas temáticas aqui levantadas. Surpreende a situação excepcional da Ciência Política brasileira: pareceria óbvio que esta seria uma habilitação que, por vocação, deveria estar mais permeada aos estudos e às pesquisas nesta área.

Em relação às instituições, observa-se que entre as principais instituições, predominam as IES das regiões Sul e Sudeste do país (UnB, USP, UFRJ, PUC-SP, UNICAMP, UFRGS, UFSC, UFMG, PUC-RIO, UFF E UNESP), com duas exceções: a UFPE e a UFBA. Há uma grande concentração nas IFES¹³, que contabilizam 58,4% destes estudos, seguidas das Universidades Privadas e as Estaduais (que contam com 21,6% e 19,5% da produção, respectivamente).

No que tange à distribuição geográfica é possível afirmar que a região Sudeste é a que ganha destaque. No entanto, a concentração é ainda maior no eixo Rio-São Paulo, que detém mais de 44% desta produção. A região Sudeste concentra 50,9% destas produções, seguidas da região Nordeste (20,5%) e Sul (17,4%). Comparando-se com os dados sobre a “titulação de discentes”¹⁴, vê-se que a distribuição regional das 385 Teses e Dissertações analisadas não acompanha a distribuição geral das titulações registradas no total geral da CAPES para o período: entre as produções selecionadas, em nossa amostra, a região Nordeste se destaca, ultrapassando o número de trabalhos da região Sul,

¹¹ Salvador Antonio Mireles Sandoval, José Eustáquio Diniz Alves, Nizar Messari e Russell Parry Scott.

¹² Instituições de ensino superior

¹³ Instituições federais de ensino superior.

¹⁴ <http://geocapes.capes.gov.br/>.



o que não ocorre entre o total de titulações registradas na CAPES. A distribuição das produções em dissertações e teses aqui levantada para a região Centro-oeste também se destaca com quase o dobro de pontos percentuais em relação à distribuição geral de titulações da CAPES. Em uma análise mais detalhada das instituições, verifica-se que a região Nordeste se destaca principalmente em relação às teses e dissertações concluídas pela UFPE e UFBA, e que também há uma participação importante de outras instituições dessa região, como as Universidades Federal e Estadual do Ceará, a UFRN e a UFPB. Já o destaque da região Centro-oeste se deve principalmente às teses e dissertações concluídas pela UnB. Nas produções sobre mulheres nos espaços de poder a concentração regional é menos acentuada do que entre o total de “titulações de discentes” em cursos de Mestrado e Doutorado.

Quanto à classificação destas produções em termos de temáticas é importante salientar que foram incluídas na análise todas as teses e dissertações que tangenciassem o tema “participação de mulheres nos espaços de poder”, não se restringindo apenas ao espaço político formal (parlamentar, por exemplo). Deste modo, foram incluídas também teses e dissertações sobre participação em movimentos sociais (o que explicaria a maior frequência desta categoria).

Quadro 1: Distribuição de temáticas

TEMÁTICA	Descritivo Geral da temática
Participação e Ativismo	Participação em movimentos sociais, participação política substantiva
Relações Trabalhistas	Questões ligadas ao mercado de trabalho e emprego
Representação Política	Representação política em espaços formais, eleições
História	Temas históricos
Políticas Públicas	Desenvolvimento e gestão de políticas públicas
Relações Raciais	Questões relacionadas a relações raciais
Educação	Processos educacionais formais e informais
Direitos e Cidadania Formal	Exercício da cidadania formal, direitos liberais
Mídia	Questões midiáticas, imprensa, cinema
Religião	Questões religiosas
Literatura e Linguagem	Estudos literários e lingüísticos
Questões Rurais	Relações sociais e políticas rurais
Violência de Gênero	Questões relacionadas a violência de gênero
Saúde	Questões relacionadas à saúde
Teoria Feminista	Discussões teóricas do feminismo
Diversidade LGBT	Questões relacionadas à diversidade LGBT
Direitos Reprodutivos	Discussões sobre direitos reprodutivos
Gerações	Questões geracionais
Questões Indígenas	Questões relacionadas a relações indígenas

Fonte: Elaboração própria.



As temáticas classificadas em “Participação e Ativismo”, “Relações Trabalhistas” e “Representação Política” concentram 55,9% das produções levantadas. Em relação à distribuição pelo sexo dos/as autores, observa-se que, ainda que se tenha a prevalência da autoria feminina (90,9%), a autoria masculina cresce nas seguintes temáticas: “Direitos Reprodutivos” (50%), “Literatura e Linguagem” (33,3%), “Educação” (21,4%) “Representação Política” (16,1%) – lembrando que estas produções masculinas são em um número bastante reduzido (apenas 35 casos ou 9,1%). Já em relação ao sexo dos/as orientadores/as, verifica-se que a orientação masculina está concentrada em algumas temáticas singulares: “Teoria Feminista” (66,7%), “Direitos e Cidadania Formal” (64,3%); eles dividem a orientação com as mulheres nas seguintes temáticas: “Questões Rurais” (50%) e “Violência de gênero (50%). É curiosa e merecedora de destaque a permanência de determinadas temáticas generificadas: a discussão teórica e sobre direitos/cidadania concentra a atenção dos orientadores homens.

A temática “participação” é a mais recorrente nas seis principais universidades (UnB, USP, UFRJ, PUC-SP, UFPE e UNICAMP). Na UnB, além da temática sobre a “Participação” destacam-se também trabalhos sobre “Relações Trabalhistas”, “Representação Política” e “História”; na USP, “História” e “Mídia”; na UFRJ, “Relações Trabalhistas”; na PUC-SP, “Relações Trabalhistas” e “Mídia”; na UFPE, “História”; e na UNICAMP, “Relações Trabalhistas”.

As temáticas “Participação e Ativismo”, “Relações Trabalhistas”, “Educação” e “questões Trabalhistas” concentraram 46% das produções em que foram classificadas as temáticas secundárias, apresentando um quadro temático semelhante àquele descrito para a classificação das áreas temáticas principais.

Os artigos da REF e da Pagu

Foram analisados os periódicos “Revista Estudos Feministas” (REF) e “Cadernos Pagu”, as duas principais revistas acadêmicas da área de gênero no Brasil. Os dados analisados se referem aos artigos publicados entre 2000 e 2009, compreendendo todos os volumes dos últimos dez anos. Foram analisados e classificados, através de análise dos resumos disponíveis no site do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC¹⁵, todos os artigos avulsos e de dossiês publicados (excluem-se deste levantamento Editoriais, Apresentações, Entrevistas e Documentos publicados nos números analisados).

¹⁵ <http://www.ieg.ufsc.br/revistas.php>



O total de artigos publicados entre 2000 e 2009 nos dois periódicos é 823, sendo 603 da REF (em 26 números) e 220 da Pagu (em 18 volumes). Deste total, 178 (21,6%) são artigos que tratam sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e foram selecionados para análise. A Revista Estudos Feministas publicou a maior parte destes artigos, 86,0%, sendo que a Cadernos Pagu apresentou somente 25 artigos (14,0%) que trataram sobre o tema desta pesquisa. Os 178 artigos selecionados para análise apresentam um total de 223 autores, e há claramente, mais uma vez, uma concentração na autoria feminina: apenas 12 artigos, 6 em cada um das revistas, foram escritos por homens.

Em relação à instituição a que são filiadas/os as/os autoras/es de artigos que tratam sobre “mulheres e poder”, 63,3% das instituições são brasileiras. Esse percentual é menor na Revista Estudos Feministas, 61,1%, sendo de 75,8% na Cadernos Pagu. Além da publicação de artigos originais de autoras estrangeiras, as duas revistas costumam publicar traduções de artigos e capítulos de livros já lançados pelas autoras estrangeiras no exterior, o que explicaria, em parte, a quantidade de autoras e instituições estrangeiras dentre estes artigos.

A distribuição por unidades da federação nos mostra uma concentração de artigos em três UF's: São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal. O destaque de Santa Catarina se deve a uma concentração institucional na UFSC, Universidade onde é editada a REF. Já os casos de São Paulo, que aparecem como maioria, se relacionam a uma concentração na UNICAMP e na USP, mas também há outras universidades (PUC-SP, por exemplo) e instituições não-universitárias (há uma difusão entre ONGs). O destaque do Distrito Federal, além dos artigos de autoria vinculada à UnB, também se deve a autorias ligadas a organizações não-governamentais.

Agrupando os casos identificados por região do país, observa-se que a concentração nas regiões do Sudeste e Sul permanece muito grande. As duas regiões, juntas, concentram 82,1% de todas as ocorrências. É importante ressaltar que os 12,9% de artigos oriundos da região Centro-Oeste se referem, na verdade, à predominância de 17 ocorrências oriundas do Distrito Federal e apenas uma do estado de Goiás. Deste modo, Sul, Sudeste (excetuando-se Espírito Santo) e Distrito Federal concentram quase o total destas produções: 94,3% de todas as ocorrências.

Entre as principais instituições, a UFSC, a própria IES responsável direta pela publicação da Revista Estudos Feministas, aparece como a instituição com o maior número de ocorrências. A UNICAMP, que por sua vez, publica a Cadernos Pagu através do Núcleo de Estudos de Gênero de mesmo nome, aparece com destaque tanto entre o total de artigos do período analisado, quanto



também internamente em cada uma das revistas. Após essas duas instituições, também se destacam as publicações de autores/as que estão inseridos na UnB e na USP.

Em relação às temáticas específicas de cada artigo, destacam-se: “Participação e Ativismo” e “Teoria Feminista”. É necessário ressaltar que dentre os artigos classificados nestas duas categorias estão os dois Dossiês da REF sobre publicações acadêmicas (com quase todos os artigos classificados com temática principal “Teoria Feminista”).

De maneira geral, grande parte dos artigos trata sobre questões relacionadas aos movimentos sociais, à luta pela efetividade de direitos e uma cidadania ativa, às reflexões sobre o próprio movimento feminista, ao ativismo para o empoderamento de mulheres e às interseções entre raça e gênero (especialmente com reflexões sobre os movimentos de mulheres negras), entre outros, o que pode ser observado também entre as temáticas secundárias apresentadas nos mesmos artigos. O grande número de temáticas vinculadas à “Teoria Feminista” e às “Organizações Internacionais” como secundárias se deve à presença dos Dossiês sobre publicações feministas e sobre o Fórum Social Mundial, ambos publicados pela REF.

A análise referente ao cruzamento das temáticas principais pelo sexo do/a primeiro/a autor/a do artigo revela que dois temas – “Relações Raciais” e “Representação Política” – são os que apresentam o maior percentual de autores homens por categoria, mas correspondem a somente dois artigos. Do mesmo modo como ocorre com as produções de Dissertações e Teses, percebe-se uma concentração de autoria masculina sobre a temática da “Representação Política”. Ao mesmo tempo, no grande universo dos artigos que tratam sobre “Participação Política e Ativismo”, somente um artigo tem um pesquisador homem como primeiro autor.

A distribuição dos artigos por seus temas principais e pela região do país mostra que a principal categoria, “Participação e Ativismo”, tem um foco maior de produção, novamente, na região Sudeste. A segunda área mais citada, “Teoria Feminista”, se destaca, por sua vez, nas regiões Sul e Sudeste.

Entre as quatro principais instituições envolvidas na publicação destes artigos – UFSC, UNICAMP, UnB e USP – pode-se observar que “Participação e Ativismo” e “Teoria Feminista” são os temas mais importantes entre os artigos da primeira universidade (UFSC), assim como na UNICAMP, que também apresenta artigos que tiveram como temática a “Educação”. Já para os artigos de autoras/es da UnB, as principais temáticas são: “Representação Política” e “Teoria Política Feminista”, seguida de “Relações Raciais”, o que evidencia uma notável diferença entre esta instituição e as demais. Já os artigos de autoras/es da USP tratam principalmente sobre



“Relações Trabalhistas”, “Participação” e “Mídia”, também distanciando o perfil desta universidade das demais do grupo aqui analisado.

Considerações Finais

Alguns elementos ficaram muito presentes nas análises conduzidas. O levantamento das produções acadêmicas em nível de Pós-Graduação, de um modo geral, não se diferenciou muito do perfil da publicação dos artigos nas duas Revistas especializadas aqui pesquisadas. Um primeiro ponto destacável dos dois levantamentos é que têm sido as mulheres aquelas que se interessam privilegiadamente por este campo de conhecimento – “mulheres, gênero e poder” – que, em nosso entender, se encontra em regime de expansão o interesse e, conseqüentemente, a produção no país, tanto na autoria propriamente dita quanto na orientação dos trabalhos deste teor. A feminização associada a este campo de estudos é um elemento preocupante: se entendermos que os desafios que estão envolvidos no estudo e na pesquisa destes importantes temas extrapolam, e muito, uma agenda propriamente feminina ou das mulheres, se endereçando a problemas políticos e sociais que pertencem a toda a sociedade e mesmo à qualidade da democracia que se está a construir no país, termos majoritariamente as mulheres focalizando tais problemas pode gerar a já conhecida e recorrente situação de “guetificação” da temática. É estratégico que tenhamos num futuro próximo um volume mais significativo de homens neste campo de conhecimento: seja como autores, seja como orientadores.

Assim como parece preocupante este primeiro elemento descrito da “feminização”, também é inquietante que tais estudos estejam tão regionalmente concentrados no Sul e Sudeste, assim como em instituições específicas (e nas grandes universidades como USP, UNICAMP, UFRJ, PUC-SP e UFSC, à exceção da UnB, que não está localizada nestas regiões). Se por um lado poderíamos nos alentar com a atuação mais incisiva da UFPE e da UFBA neste contexto, por outro é impossível deixar de lembrar que esta participação está muito associada às figuras pessoais de dois pesquisadores desta região: o professor Russel Parry Scott (UFPE) e a professora Ana Alice Alcântara Costa (UFBA).

Ao mesmo tempo, é importante a constatação de que a concentração regional entre as Teses e Dissertações que tratam sobre mulheres nos espaços de poder seja menos acentuada do que a distribuição geral dos discentes titulados em cursos de Mestrado e Doutorado. Nesta temática, embora ainda haja uma concentração de mais de metade da produção na região Sudeste, há menos concentração do que no cenário geral.



No que tange aos artigos publicados nos dois periódicos especializados aqui analisados é gritante a sua endogenia. As revistas claramente tendem a publicar artigos de pesquisadores que estão institucionalmente vinculados à sede da publicação das revistas. Principalmente tendo em vista o espaço editorial limitado, é preciso questionar a concentração institucional dos periódicos, porque a endogenia pode alimentar um ciclo que fecha portas a novas/os autoras/es e segue legitimando o trabalho de apenas algumas instituições.

Bibliografia

MATOS, Marlise. “Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências”. *Revista Estudos Feministas*. vol.16, n.2, 2008. pp. 333-357.

_____. “A Política na Ausência das Mulheres: um estudo sobre recrutamento, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres”. Projeto de Pesquisa (CNPq, FAPEMIG), 2009.

MATOS, Marlise e Danusa Marques. “Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de gênero, mulheres e política: em que momento estamos ?”, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/caminhos-das-discussoes-academicas-sobre-o-tema-de-genero-mulheres-e-politica-em-que-momentos-estamos>>.